

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POLÍTICA

Gildásio Santana Júnior
UESB/UFBA

A economia, como a maioria das categorias e áreas em ciências sociais, encerra uma disputa de significações em torno de si, condicionada pelas questões histórico-contextuais e pela visão de mundo dos analistas. Assim, ao longo do tempo, o seu significado experimentou diversas mudanças e recorreu-se aos adjetivos para melhor explicitar o entendimento do que se queria atribuir ao fenômeno econômico.

Neste texto questiona-se qual a relação entre a economia política com a economia solidária. Procura-se saber o significado da economia solidária e sua interpretação do fenômeno econômico, para relacioná-la com o enfoque da economia política. De antemão, constata-se que a expressão economia solidária retoma uma disputa em torno do significado da economia na sociedade. Dessa maneira, a economia deixaria de ser pura e autônoma, como querem os neoclássicos, e passaria a ser balizada pela solidariedade. Logo, questiona-se, também, o papel que os adjetivos política e solidariedade desenvolvem em cada expressão.

A formulação Economia Solidária engloba as formas "alternativas" de produzir, consumir e poupar que as pessoas vêm empreendendo para garantir sua sobrevivência e sociabilidade a partir de arranjos organizacionais distintos das empresas capitalistas. As organizações de economia solidária propõem de um lado resolver o problema da sobrevivência mais imediata através de alternativas econômicas, e, por outro lado, construir através dessas alternativas novas formas de participação e decisão política que vão de encontro ao modelo capitalista e em busca de um novo patamar de desenvolvimento.

Do ponto de vista teórico, diversas interpretações surgem no intuito de explicar a emergência e crescimento do fenômeno. Alguns interpretam a economia solidária a partir de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspiram amplamente nos trabalhos de Polanyi; outros problematizam através da contra-noção de organização como processos de dominação, de acumulação e exploração capitalista desenvolvida por Marx, principalmente a partir do conceito de alienação e da crítica ao trabalho assalariado. Há também aqueles que interpretam o fenômeno a partir da noção de camada superior/inferior da economia e das diferenças entre economia de mercado e capitalismo de Braudel; e, ainda, outros que partem da perspectiva espiritual/evolucionista ancorada nas idéias de filósofos e religiosos, como Teilhard de Chardin, Sri Aurobindo, Maturana e o padre Fernando Bastos Ávila.

Para efeito de comparação com a economia política, utiliza-se a análise de França Filho¹ e Laville² (2004) que se baseiam nos aportes de Polanyi para discutirem sobre economia solidária. Tais autores questionam até que ponto o processo econômico pode ser reduzido ao circuito clássico das trocas constituído pelo mercado e o Estado. Logo, indagam se além do mercado e do Estado a própria sociedade não teria nenhuma contribuição no tocante a produção e distribuição de riquezas; ou seja, a sociedade não teria outro modo de "fazer economia"?

Para França Filho e Laville (2004) além da troca mercantil e das relações econômicas do Estado (redistribuição), a compreensão do econômico deve incluir "as variadas formas de reciprocidade que alimentam relações econômicas não-monetarizadas e permitem a sobrevivência de largas parcelas das populações em diferentes partes do mundo." (p. 17). Assim, o olhar ampliado do fenômeno econômico é conceituado como uma economia plural. Logo, este entendimento do econômico, permite considerar outras formas de produção e distribuição de bens e serviços na sociedade.

A economia política, por sua vez, compreende, de uma maneira geral, duas tradições de interpretação: a economia política clássica que de certa forma reúne as idéias dos mercantilistas e dos fisiocratas concentrando sua análise no polinômio formação-acumulação-distribuição-consumo

¹ Genauto Carvalho de França Filho, professor do Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração da UFBA.

² Jean-Louis Laville, Diretor de Pesquisas junto ao CNRS na França e do Laboratório de Sociologie du Changement Institutionnel (LSCI) ligado a Universidade de Paris. Coordena o CRIDA (Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et L'Autonomie).

de riquezas; e a economia política marxista que incorpora a crítica aos clássicos feita pelos primeiros socialistas franceses e ingleses e privilegia na sua análise o binômio produção-distribuição. Em comum as vertentes da economia política enfocam economia como algo que determina e é determinada por condicionantes políticos e sociais; assim como considera o ato econômico como algo social (coletivo) e se abre para o diálogo com outros campos do conhecimento, sobretudo, a sociologia, a ciência política e a antropologia.

Na atualidade a economia política reivindica um olhar plural sobre o fenômeno econômico se contrapondo ao monolitismo dos neoliberais. Busca reunir e agrupar os diversos aportes teórico-metodológicos que compreendem o fenômeno econômico como algo histórico, resultado das ações humanas e não originadas de uma ordem natural.

No que pese o objeto e as preocupações da economia política e da economia solidária se apresentar como próximos há autores da tradição marxista que discordam do papel e da relevância da economia solidária; eles apontam para o caráter marginal e funcional desta no sistema capitalista.

Aparentemente, relacionar economia política com economia solidária soa como um despropósito, pois a primeira diz respeito a uma maneira de interpretar o fenômeno econômico, enquanto a segunda trataria de uma forma de ação propriamente. No entanto, a economia solidária não deve ser vista exclusivamente como um movimento. Ela traz consigo uma leitura da sociedade, inclusive do fenômeno econômico, reinterpretando-o e lançando uma nova compreensão sobre o mesmo. Além do que, na história do pensamento econômico, diversos aportes e escolas econômicas marcaram suas trajetórias associando formulações teóricas com intervenções práticas. Sem contar que a problemática que o texto aborda adquire relevância quando se leva em conta a visibilidade crescente adquirida pela economia solidária no período recente.

Para relacionar a economia política com a economia solidária privilegia-se o foco nas questões do conceito do econômico; do sujeito da transformação social e da noção de tempo utilizados por eles.

No tocante ao papel atribuído aos sujeitos da transformação social as concepções se aproximam. Tanto na Economia Marxista quanto na Economia Solidária, os coletivos são sujeitos, logo eles, em interação social, são os responsáveis pela condução da história, pois esta não estaria predeterminada. França Filho e Laville (2004) entendem a economia como uma “construção sócio-histórica cuja forma atual não corresponde a uma realização final da evolução humana” (p.31), o que o aproxima da noção da economia política marxista. Porém, radicalizando o apego a historicidade, afirmam que a atual configuração da sociedade deve ser analisada relacionando-a com àquelas que a precederam (o que, de certa forma, os distanciam da concepção marxista e ainda mais da economia política clássica). Desse modo, afirmam a necessidade da conjugação de esforços da antropologia, etnologia e da história para uma perfeita compreensão do fenômeno econômico.

A concepção de tempo que orienta essas perspectivas difere fundamentalmente. A Economia Política Clássica trabalha com uma concepção de tempo linear, de progresso evolutivo; a Economia Marxista leva em consideração as diversidades de ritmos e movimentos do capital na relação entre desenvolvimento das forças produtivas e a dinâmica da luta de classes; enquanto na Economia Solidária o tempo se orienta pelo ritmo e ação dos grupos protagonistas.

Conclui-se que o fenômeno econômico é analisado de maneira diferenciada pelas concepções da Economia Política Clássica, pela Economia Política Marxista e pela Economia solidária.

A Economia Solidária traz uma contribuição valiosa para a interpretação do fenômeno econômico, especialmente no seu contexto atual, quando amplia a noção de economia, o que possibilita a investigação de formas sócio-produtivas que diferem dos arranjos capitalistas. No entanto, as formulações de França Filho e Laville não incorporam as questões referentes ao modo de produção capitalista que orienta as análises dos clássicos e, principalmente, de Marx. Deixando de lado contribuições importantes para compreensão da realidade atual.

Logo, tem-se a possibilidade de efetivação de uma agenda de pesquisa no intuito de compor um quadro analítico que leve em consideração um entendimento mais ampliado do fenômeno econômico e considere a existência e os condicionantes da sociabilidade capitalista. A constituição da referida agenda de pesquisa tenderá a fortalecer e aproximar os investigadores que acreditam ser a economia uma ciência do social.